



APENSADOS

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

DESARQUIVADO

AUTOR:

(DO SR. FERNANDO LOPES)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.424, de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério e dá outras providências.

DESPACHO: 11/03/98 - (ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 17/04/98

## REGIME DE TRAMITAÇÃO

## ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

## PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

## DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /

8

DE 199

4.244

PROJETO DE LEI Nº



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.244, DE 1998  
(DO SR. FERNANDO LOPES)



Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.424, de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões: Art. 24, II  
Educação, Cultura e Desporto  
Finanças e Tributação (Art. 54, RI)  
Const. e Justiça e de Redação (Art. 54, RI)  
Em 11/03/98 PRESIDENTE

**PROJETO DE LEI Nº 4244 DE 1998.**  
**( Do Sr. Deputado FERNANDO LOPES)**

Altera e acrescenta dispositivos à lei nº 9.424 de 1.996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - É acrescentado ao art. 2º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, § 7º com a seguinte redação :

"Art. 2º .....

§ 7º - Anualmente serão creditados ou debitados nas contas referentes ao Fundo de que trata esta lei, os valores correspondentes à variação das proporções, no ano anterior, referidas no § 1º, em virtude de:

- a) alteração do número de matrículas;
- b) diferença entre a previsão de arrecadação do Fundo e o montante efetivamente arrecadado."





CÂMARA DOS DEPUTADOS



Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

### JUSTIFICAÇÃO

A implantação do processo de reorientação de recursos para a educação, objeto da Lei nº 9.424/96, vem permitindo constatar, a par de seus aspectos positivos, alguns outros que demandam ajustes e correções. Assim é, por exemplo o caso da crescente demanda, de que é alvo o poder público, especialmente as administrações municipais, no tocante ao aumento de vagas.

Há um descompasso entre o período de apuração das matrículas pelo Ministério da Educação e do Desporto- MEC, nos termos do parágrafo 4º do artigo 2º da Lei nº 9.424/96 (ano zero) e o período de efetiva repartição dos recursos (ano um). Assim, uma administração municipal ou estadual que tenha feito um esforço para aumentar o número de matrículas num determinado ano proporcionalmente maior que as demais, verá os recursos do Fundo serem repartidos de acordo com a proporção de alunos matriculados no anterior. Nada mais justo que isso seja corrigido, crescendo-se ou reduzindo-se, conforme o caso, a proporção do ente federativo no total de recursos do Fundo. Propõe-se, portanto, uma espécie de câmara de compensação. Não é, ainda, a fórmula ideal pois esta pressuporia a repartição dos recursos de acordo com a proporção de matrículas no mesmo ano. Como isso não é tecnicamente possível, trata-se de corrigir, embora *a posteriori*, essa discriminação.

Sala das Sessões, em 11 de May de 1998.

  
Deputado FERNANDO LOPES  
PDT/RJ.



## LEI Nº 9.424, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

DISPÕE SOBRE O FUNDO DE  
MANUTENÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO DO ENSINO  
FUNDAMENTAL E DE  
VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO,  
NA FORMA PREVISTA NO ART. 60, §  
7º, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES  
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

.....

Art. 2º - Os recursos do Fundo serão aplicados na  
manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público,  
e na valorização de seu Magistério.

.....

§ 4º - O Ministério da Educação e do Desporto - MEC  
realizará, anualmente, censo educacional, cujos dados serão  
publicados no Diário Oficial da União e constituirão a base para  
fixar a proporção prevista no § 1.

.....

§ 6º - É vedada a utilização dos recursos do Fundo como  
garantia de operações de crédito internas e externas, contraídas  
pelos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos  
Municípios, admitida somente sua utilização como contrapartida  
em operações que se destinem, exclusivamente, ao  
financiamento de projetos e programas do ensino fundamental.

.....

.....

## ***PL.-4244/98***

**Autor:** FERNANDO LOPES (PDT/RJ)

**Apresentação:** 11/03/98

**Prazo:**

**Ementa:** Projeto de lei que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9424, de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério e dá outras providências.

**Despacho:** Às Comissões: Art. 24,II  
Educação, Cultura e Desporto  
Finanças e Tributação (Art.54,RI)  
Const. e Justiça e de Redação(Art.54,RI)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Ofício nº P-92/98

Brasília, 23 de abril de 1998

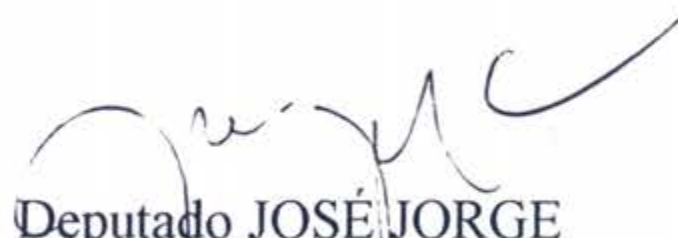
Senhor Presidente,

Defiro a apensação, nos termos do art. 142 do RICD. Apense-se o PL nº 4.244/98 ao PL nº 3.923/97. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se.

Em 26 / 05 / 98.

  
MICHEL TEMER  
Presidente

Solicito de Vossa Excelência, nos termos regimentais, providências no sentido de ser o Projeto de Lei nº 4.244/98, do Sr. Fernando Lopes, que "altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 9.424, de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério e dá outras providências" apensado ao Projeto de Lei nº 3.923/97, do Sr. Ivan Valente e outros, que "modifica a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério", por tratarem de matérias análogas.

  
Deputado JOSÉ JORGE  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
Deputado MICHEL TEMER  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
NESTA.